



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO–CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – UAEDUC
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

ANTONIO WALLYSSON TAVARES DE ALMEIDA

**A INGERÊNCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E O CRESCIMENTO DOS
HOMICÍDIOS NA PARAÍBA.**

SUMÉ – PB, 2014

ANTONIO WALLYSSON TAVARES DE ALMEIDA



**A INGERÊNCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E O CRESCIMENTO DOS
HOMICÍDIOS NA PARAÍBA.**

Artigo científico apresentado ao curso de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade de Educação do Campo do centro de desenvolvimento sustentável do semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação do Professor **Jose Maria da Nóbrega Júnior**.

A447i	<p>Almeida, Antonio Wallysson Tavares de A ingerência da segurança pública e o crescimento dos homicídios na Paraíba. / Antonio Wallysson Tavares de Almeida. - Sumé: [s.n], 2014. 20p.</p> <p>Orientador: Professor Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior.</p> <p>Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública.</p> <p>1. Gestão Pública. 2. Segurança pública. 3. Homicídios. 4. Dever do estado. I. Nóbrega Júnior, José Maria Pereira da. II. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU 35:32(045)</p>
-------	---

**A INGERÊNCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E O CRESCIMENTO DOS
HOMICÍDIOS NA PARAÍBA.**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.


BANCA EXAMINADORA

_____ Nota (9,6)

Prof. Orientador: José Maria da Nóbrega Júnior

_____ Nota (9,0)

Prof. Examinador 01: Jorge Zaverucha

 _____ Nota (8,5)

Prof. Examinador 02: José Irivaldo Alves Oliveira

Nota Final (Média) Nota (9,0)

Aprovada em: 11 de ABRIL de 2014.

RESUMO:

E dever do Estado zelar pelo bem-estar social, bem como garantir a integridade física da população e elaborar políticas de segurança pública. Neste contexto o presente estudo tem o objetivo de verificar a ingerência da segurança pública e o crescimento dos homicídios na Paraíba. Foram coletados dados através de pesquisas bibliográficas, em livros e artigos de autores especialistas da área, como também dados estatísticos e tem como modo de abordagem o método hipotético-dedutivo. Foi observado especificamente o diagnóstico dos homicídios na Paraíba, fez-se pertinente realizar uma análise teórica e empírica da Segurança Pública no Brasil, e por fim quais políticas públicas devem ser aplicadas para o controle da violência homicida. Do modo que foi realizada a pesquisa mostrou que o Estado pode atuar de forma decisiva para a diminuição dos homicídios, com isso salvando vidas, ao planejar e executar políticas voltadas para área de segurança pública a partir de dados estatísticos e estudos empíricos já realizados.

Palavras chave: Dever do Estado, Segurança Pública, Homicídios na Paraíba.

ABSTRACT:

The State must ensure the welfare and ensure the physical integrity of the population and develop public security. In this context, this study aims to verify the interference of the management of public for the growth of homicides in Paraíba. Data were collected through literature searches, books and articles by expert authors in the field, as well as statistical data and its mode approach the hypothetical- deductive method. Will be specific noted the diagnosis of homicides in Paraíba became necessary to make a theoretical and empirical analysis of public security in Brazil, and finally which policies should be implemented to control homicidal violence. The way that this survey was conducted were a lized that the state can act decisively to reduce homicides, by the way saving lives , to plan and execute policies for public safety area from statistical data and empirical studies conducted .

Keywords: Duty of the State, Public Security, Homicides in Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

O combate à criminalidade constitui uma atribuição estruturante do Estado nas sociedades contemporâneas, além de prover saúde educação, bem como outros serviços que garantam o bem-estar social, é dever do Estado, zelar pela preservação da integridade física de cada cidadão e pelo seu bem maior que é a vida.

A Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS tem por finalidade o estudo, o planejamento, a execução e o controle de assuntos relativos á defesa e a segurança social, prevenindo e reprimindo á criminalidade através dos órgãos a ela subordinadas.

Este artigo tem como objetivo mostrar estudos e pesquisas aplicadas que possam ser introduzidas às políticas de segurança pública na Paraíba, onde oferece um espaço para discussão qualificada nesta área e, com isso contribuir para o desenho e implementação de políticas públicas mais eficazes no combate a criminalidade.

Este trabalho busca traçar um panorama sobre os homicídios no Estado da Paraíba, apresentando suas características, singularidades, dinâmicas e possíveis causas. Espera-se com isso, que este artigo possa oferecer elementos para melhor caracterizar este fenômeno e permitir o desenho de políticas públicas mais adequadas e eficazes para o enfrentamento desse problema que tem a todos os cidadãos.

Acreditar que o Estado, através de planejamento e políticas publica voltadas para área do bem-estar social, possa reduzir os índices de criminalidade inclusive garantir a integridade física de sua população é a principal motivação para o desenvolvimento deste trabalho.

O trabalho tem inicio com um breve levantamento de dados, fazendo um diagnóstico dos homicídios no Estado, alertando para os grupos mais propícios a ocorrência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), e destacando os municípios que mais contribuem para os altos índices de criminalidade na Paraíba.

No segundo momento, será feita uma abordagem a respeito da análise teórica e empírica da segurança pública no Brasil, e também destacando as políticas públicas com o foco no Nordeste fazendo uma análise da sua situação atual.

O tópico seguinte consiste em demonstrar e elencar quais são as políticas públicas aplicadas na área da segurança para efetivar um controle da violência homicida, apontando para as principais e mais exitosas ações, e que possam ser aplicadas na Paraíba.

2. JUSTIFICATIVA, PROBLEMA E METODOLOGIA.

Nesta seção serão abordados, de forma sucinta, temas como: a justificativa do projeto, o problema e a metodologia a serem desenvolvidas na pesquisa.

2.1 JUSTIFICATIVA

A importância deste artigo está o direcionamento para a elaboração das políticas de segurança pública no Estado da Paraíba, visando melhorar o bem-estar social da população que vem sofrendo como aumento da criminalidade e também tornar o serviço das instituições coercitivas mais eficientes e eficazes, baseando-se em dados estatísticos e pesquisas empíricas, e a partir destes estudos proporcionar para os gestores públicos fundamentos para o planejamento estratégico com o foco nos principais indicadores da violência visando a diminuição dos homicídios na Paraíba.

Neste sentido, o trabalho aqui apresentado procura trazer uma relação dos principais indicadores do aumento da violência homicida, suas possíveis causas e como a elaboração e a implementação de políticas públicas, na área de segurança podem contribuir para a diminuição dos homicídios no Estado.

2.2 PROBLEMA

Para o trabalho proposto, define-se como o problema a seguinte questão: homicídios na Paraíba?

2.3 METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado terá como modo de abordagem, o método hipotético-dedutivo, pois esta pesquisa tem como origem o problema dos crescentes números de homicídios na Paraíba, foi feito pelo procedimento estatístico cruzando dados para se chegar a um resultado da causa do aumento da criminalidade, também histórico, serão aqui analisados os números de homicídios numa série histórica onze anos.

As técnicas aqui utilizadas serão leituras de livros sites e publicações de especialistas da área, fazendo levantamento documental e estatísticos tendo como classificação destas

técnicas a documentação indireta, sendo explorada aqui a pesquisa documental e bibliográfica.

Aqui a população a ser estudada é a do Estado da Paraíba, forão analisados os números de homicídios que afetam a população em geral, como também será feita a divisão por gênero e faixa etária, a causa do aumento desses crimes e o papel das instituições coercitivas para a diminuição desse problema.

3.1 Diagnóstico dos Homicídios na Paraíba

De acordo com os dados DATASUS/SIM os números de mortos por agressão na Paraíba teve um grande crescimento no período de 2000 a 2011 a taxa no primeiro período era de 14,72 por cada 100.000 habitantes, e em 2011 a taxa foi de 42,57 por 100.000 habitantes. Esses números são alarmantes, onde a taxa de mortes por agressões quase que triplicou durante este período, e com números muito acima do ideal, tendo em vista que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) o número “tolerável” é de 10,00 por 100.000 habitantes. O gráfico abaixo mostra a evolução das mortes por agressão no Estado durante o período estudado acima:

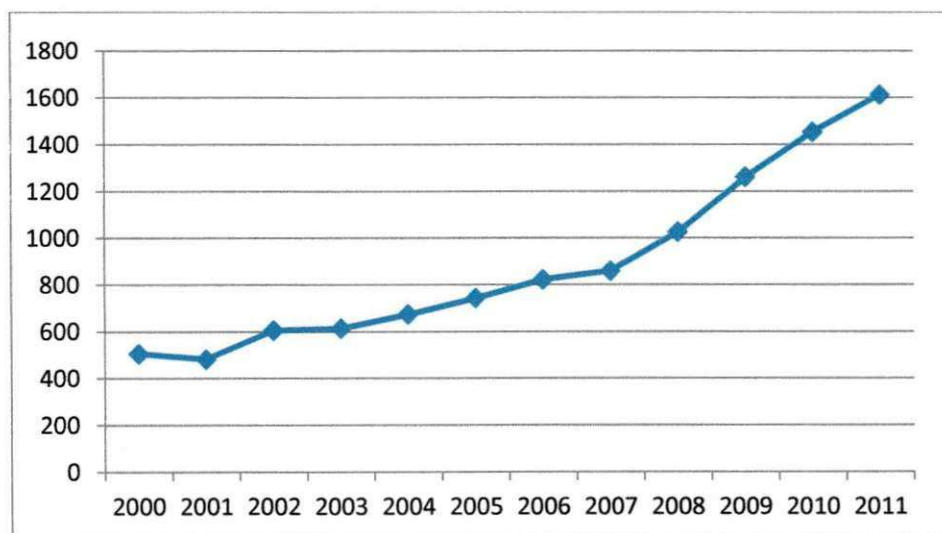


Gráfico 1: Mortes por Agressão na Paraíba – 2000 a 2011

Fonte: SIM/MS (2014)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população paraibana no ano de 2000 era de 3.443.825 habitantes, sendo 1.671.978 do sexo masculino e 1.771.847 do sexo feminino, e no ano de 2011 o total da população paraibana passou a ser de 3.791.315 habitantes, sendo 1.836.088 do sexo masculino e 1.955.227 do sexo feminino. Analisando a tabela 1, observa-se que mesmo sendo os números de habitantes do sexo feminino maior, é no sexo masculino que se tem o maior número de morte por agressão onde

no ano de 2000 a taxa por cem mil habitantes foi de 27,69 e no ano de 2011 deu um salto para 80,28 por cem mil habitantes. Enquanto que no ano de 2000 a taxa por cem mil habitantes para o gênero feminino foi de 2,48 e no ano de 2011 essa taxa subiu para 7,16 por cem mil habitantes, o que mostra que nesse período o índice de morte do gênero masculino é bem superior, apesar do número de homicídios de mulheres ser bem inferior ao do sexo masculino, este grupo passou a ser mais vitimado, passou de 2,4 para 7 a taxa por cem mil habitantes um aumento considerável das mortes por agressão/homicídios feminino. Como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Numero de mortes por agressão na Paraíba de acordo com o gênero (2000 – 2011)
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Sexo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Masculino	463	439	551	578	611	683	761	791	940	1164	1336	1474
Feminino	44	45	46	35	60	62	62	68	87	98	119	140
Ignorado	-	-	10	2	4	-	1	2	-	1	-	-
Total	507	484	607	615	675	745	824	861	1027	1263	1455	1614

Na análise da tabela abaixo pode-se observar que os números de mortes por agressão são maiores entre as pessoas de 15 a 39 anos, ou seja os números revelam que a maior intensidade do homicídios está entre os jovens, principalmente entre os de idade de 20 a 29 anos onde de acordo com o DATA/SUS, no ano de 2000 foram vitimados 197 pessoas e em 2011 o número foi de 641 vítimas, três vezes mais que o primeiro período, e na faixa etária entre 30 e 39 anos mostra que no ano de 2000 foram vitimadas 107 pessoas, e passando a 377 vítimas no ano de 2011, que se observa um número também três vezes maior que o do primeiro período analisado.

Tabela 2: Numero de mortes por agressão na Paraíba relação por faixa etária (2000 – 2011)
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Faixa Etária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Menor 1 ano	2	-	2	2	-	-	2	-	-	1	2	1
1 a 4 anos	2	1	1	-	2	1	2	3	1	3	4	-
5 a 9 anos	-	1	2	-	1	2	4	1	5	4	5	5
10 a 14 anos	7	7	6	4	8	15	16	16	14	17	28	25
15 a 19 anos	100	75	96	72	102	119	134	132	155	218	247	274
20 a 29 anos	197	213	226	267	248	284	324	329	405	492	587	641
30 a 39 anos	107	89	137	149	146	163	161	203	217	271	333	377
40 a 49 anos	52	43	55	55	76	93	81	98	128	132	147	144
50 a 59 anos	26	29	26	29	41	40	44	35	56	64	54	85

60 a 69 anos	10	17	19	14	26	12	30	15	26	24	24	37
70 a 79 anos	4	6	8	13	11	8	12	17	8	14	8	10
80 anos e mais	-	3	9	4	1	5	6	3	4	11	5	10
Idade ignorada	-	-	20	6	13	3	8	9	8	12	11	5
Total	507	484	607	615	675	745	824	861	1027	1263	1455	1614

João Pessoa e Campina grande, as duas maiores cidades do Estado, são responsáveis por quase 50% dos homicídios registrados no banco de dados do DATASUS/SIM. Apesar destes dados alarmantes, estes dois Municípios pouco contribuem para a preservação da ordem pública, de acordo com o IBGE no perfil dos municípios brasileiros de 2009, apenas a cidade de Campina Grande possui Guarda Municipal criada no ano de 1990, as duas cidades também não possuem conselho municipal de segurança, não existe um Fundo Municipal de Segurança pública, os dados apresentando pelo perfil dos municípios do (IBGE), também indicam que não há plano municipal de segurança pública, indicando que os gestores municipais destas duas cidades não praticam nenhuma política pública voltada para a segurança pública municipal visando à diminuição dos índices de violência crescentes nestes municípios. De acordo com uma pesquisa realizada pela organização não governamental (ONG) mexicana¹, Conselho Cidadão para Segurança Pública e justiça Penal, a capital paraibana está entre as 50 cidades mais violentas do mundo ocupando a 9º posição no ranking, com a taxa de homicídios por cem mil habitantes de 66,92e também a 3º mais violenta da região nordeste ficando atrás apenas Macéio - AL com taxa de 79,76 e Fortaleza-CE com taxa de 72,81.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos homicídios em João Pessoa no período de 2000-2011, onde no ano de 2000 foram registrados 191 homicídios com taxa de 31,94 por cem mil habitantes, e já no ano de 2011 os números são três vezes maiores que no primeiro período, foram registrados 556 homicídios com taxa de 75,84 por cem mil habitantes.

¹ Link de acesso: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/>

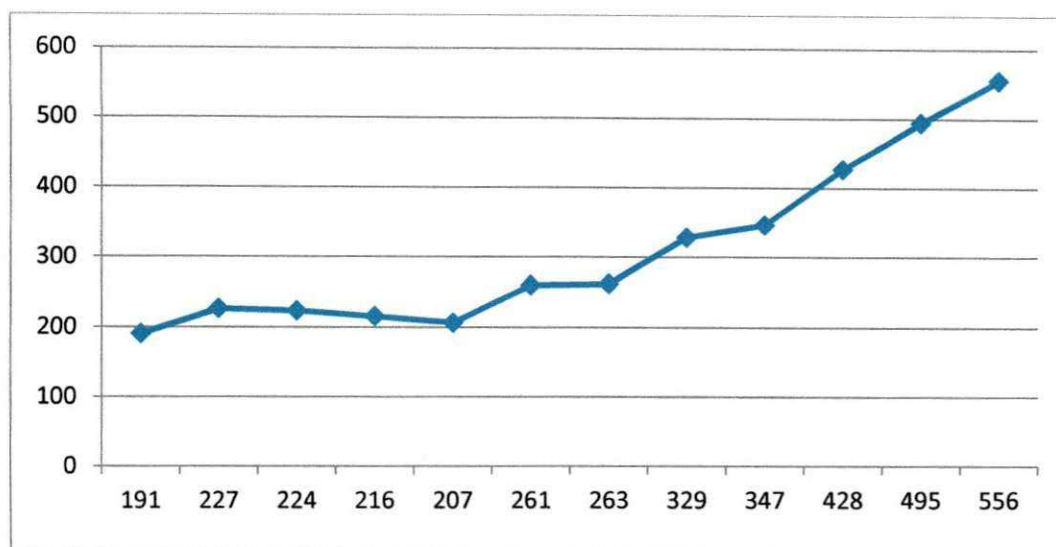


Gráfico 2: Mortes por Agressão João Pessoa-PB – 2000 a 2011

Fonte: SIM/MS (2014)

Campina Grande é a segunda maior cidade do Estado, que de acordo como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população estimada no ano de 2013 de 400 mil habitantes atualmente, mas também é a 2º mais violenta, ficando atrás apenas da Capital João Pessoa. Ao analisar o gráfico abaixo pode-se observar que, no ano de 2000 para 2001 houve uma diminuição no número de homicídios, saindo de 106 para 74 mortes, e que a partir do ano de 2002 o crescimento passa a ser contínuo e teve o pico de 187 homicídios no ano de 2010, e volta a ter uma pequena redução no ano de 2011, a taxa de homicídios por cem mil habitantes no primeiro período estudado, o ano de 2000 foi de 29,83 e no ano de 2011 saltou para 45,92 apesar de não ser um número considerado aceitável pela ONU, o crescimento não foi tão alto se comparado a grande explosão homicida ocorrida na cidade de João Pessoa, que num período de 11 anos teve um crescimento de mais de 300% nos números de mortes por agressão.

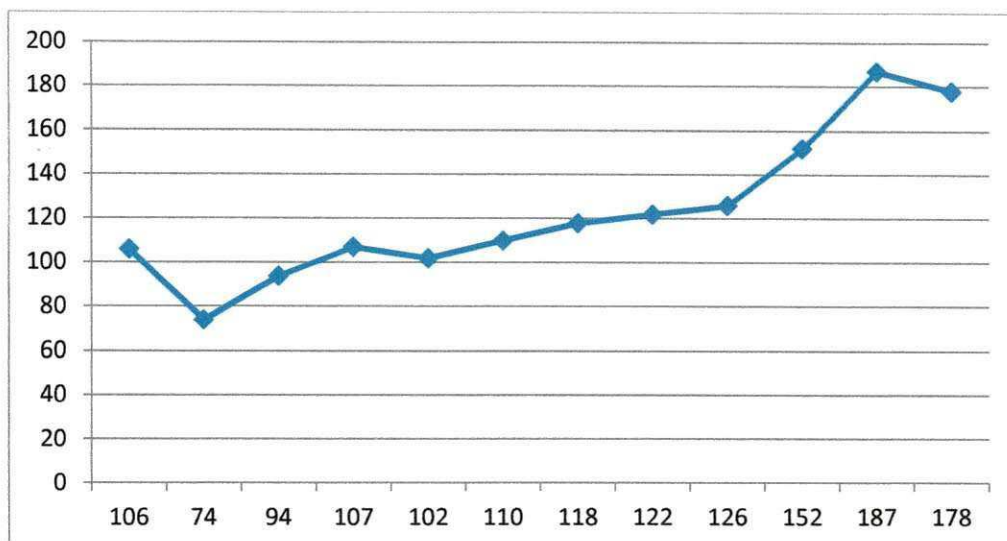


Gráfico 3: Mortes por Agressão Campina Grande-PB – 2000 a 2011
 Fonte: SIM/MS (2014)

3.2 Análise Teórica e Empírica da Segurança Pública no Brasil

A democracia no Brasil surgiu com a promulgação da constituição brasileira de 1988, com eleições secretas, respeito à dignidade humana e com alternância de governos, mesmo com alguns avanços democráticos ainda deixamos muito a desejar em relação a outros países com democracias solidas, principalmente no que diz respeito à proteção da vida dos cidadãos. Segundo (SAPORI, 2008, pag. 98):

Se a sociedade brasileira progride no processo democrático, mesmo que de forma parcimoniosa, e também na provisão de diversos bens coletivos atinentes a saúde, a educação e ao trabalho, o mesmo não se dá no caso da ordem pública. Ao contrário, as duas décadas de democracia assistiram a uma considerável deterioração da capacidade de poder público para controlar a criminalidade e a violência.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Apesar de conter esta prerrogativa instituída pela Constituição Brasileira, o Estado inicialmente não se mostrou preocupado em promover o bem estar da sociedade, o que acarretou grande prejuízo à sociedade com o aumento da criminalidade. O tema Segurança Pública passou a ter importância à pouco tempo, onde no ano de 2001 através da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp,

foi criado o primeiro plano nacional de segurança pública. Já no final do governo Fernando Henrique Cardoso logo após o caso do ônibus 173², no Rio de Janeiro, teve como principal política de segurança pública a criação do Fundo Nacional de Segurança. Em 2003, já no governo Lula foi criado um programa mais bem elaborado, “Projeto de segurança pública para o Brasil”, o qual suas ações são orientadas desde então. Para (SAPORI, 2008, pag.109):

A história das políticas de segurança pública na sociedade brasileira nas duas últimas décadas se resume a uma série de intervenções governamentais espasmódicas, meramente reativas, voltadas para a solução imediata de crises que assolam periodicamente a ordem pública.

Os governantes agem de acordo com a reação da população diante de um fato ocorrido que seja de grande comoção nacional, não planejam ações de segurança a médio e longo prazo visando à diminuição da criminalidade, a maior preocupação é dar a resposta necessária naquele momento.

No Brasil o poder executivo Federal e Estadual é responsável e principal chefe do poder de polícia de acordo com a constituição de 1988, e divide-se em: Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal. Onde o patrulhamento ostensivo fica a cargo da polícia militar, e a polícia civil e polícia federal é responsável pela investigação. Segundo (NOBREGA JÚNIOR, 2010, p. 17):

As polícias no Brasil estão divididas em dois ciclos: um investigativo/judiciário, outro ostensivo. Há grande dificuldade em fazer com que os dois ciclos se complementem devido à falta de cooperação entre os atores político-sociais, polícias civis e militares.

Apesar do principal chefe de polícia ser o executivo, “os militares” tem grande influência nas decisões de políticas em segurança, para (ZAVERRUCHA, 2004 apud NOBREGA JUNIOR, 2010, p. 17):

Mesmo sendo a polícia a força principal na condução da segurança pública no Estado brasileiro, as forças armadas tem papel de destaque na conjuntura político institucional da segurança pública no Brasil. A própria constituição de 1988 lhe atribui prerrogativas que perpassam seu papel como Forças Armadas dentro do contexto democrático.

Mesmo após o período militar, as Forças Armadas tem forte influência sobre as políticas de segurança implantadas e executadas no Estado brasileiro, como na ANAC a

²O sequestro do ônibus 173, no Rio de Janeiro, foi um episódio marcante e de grande comoção nacional, o fato ocorrido aconteceu no dia 12 de junho de 2000, o ônibus que fazia a Linha 174 da empresa Amigos Unidos, foi tomado por Sandro Barbosa do Nascimento, que manteve os passageiros reféns por mais de 5 horas sob a mira de um revólver calibre 38.

Agência de Aviação civil que no seu quadro de funcionários existem militares da aeronáutica e a própria Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo nos Estados brasileiros.

3.2.2 Análise de Políticas Públicas em Segurança com o Foco no Nordeste

É notório o crescimento da criminalidade em especial as taxas de homicídios na região nordeste nos últimos anos, enquanto a região sudeste caminha na contra mão e apresenta um decréscimo nos índices de violência. Um dos fatores para esse crescimento alarmante na região nordeste se dá em parte pela migração do crime organizado para os Estados nordestinos devido algumas políticas em segurança pública exitosas dos Estados do Sudeste. De acordo com (NOBREGA JÚNIOR, 2012), “De 1996, com 8.119 mortes, a 2009, com 17.717 o incremento percentual nos números absolutos ultrapassou 100% nesta série histórica”.

Os Estados nordestinos que mais contribuem para o aumento dos homicídios na região são: Pernambuco, Alagoas e Bahia. A somatória desses três estados é o que corresponde a 2/3 dos homicídios na região. O estado da Bahia foi o que teve um crescimento mais acentuado que segundo (NOBREGA JÚNIOR, 2012), “De 1999, com 913 homicídios, até 2008, com 4709, o impacto percentual nos números absolutos de assassinatos foi impressionante: 430% de crescimento”. Pernambuco também tem grande contribuição, pois é responsável por quase 30% das mortes por agressão de toda região, para (NOBREGA JÚNIOR, 2012, p. 50):

O estado de Pernambuco vem demonstrando impacto significativo nos indicadores de violência no Brasil nos últimos onze anos. Está entre os primeiros do ranking nacional apresentando altas taxas de homicídios. Desde 1998 vem tendo uma média de mais de 4.400 mortes por agressão computados nos dois bancos de dados disponíveis, o SIM e o INFOPOL/SDS (PE).

Como vimos na seção sobre dinâmica da violência Paraíba apresenta dados alarmantes nos últimos 10 anos onde de acordo com dados DATASUS/SIM os números de mortos por agressão quase que triplicou onde no ano de 2000 a média de mortos por agressão era de 14,72 por cada 100.000 mil habitantes, já no ano de 2010 chegou a ser de 38,55 para cada 100.000,00 habitantes. O que é uma verdadeira explosão da criminalidade no estado.

Diante do aumento da criminalidade na região alguns estados aumentaram os investimentos em segurança pública, visando à diminuição nas taxas de criminalidade em

publica, de acordo com(NOBREGA JÚNIOR, 2012), “No período de 2001 a 2008 os recursos investidos em segurança pública foram crescentes. De 2001 a 2008 o incremento percentual em gastos com segurança em Pernambuco foi de 80%”. Onde comparado os gastos em segurança pública com os de outros setores do estado, ele superou os recursos despendidos com os Poderes Judiciário e Legislativo. Tornando os gastos com segurança pública a quarta prioridade do Estado. Um dos programas mais exitosos se deu a partir do ano de 2007 da assunção do então governador Eduardo Campos onde no inicio do seu mandato implantou o programa Pacto Pela Vida, que visa à redução da violência, sobretudo a homicida. Para (NOBREGA JÚNIOR, 2012),“Apesar de recente, esta política vem tendo algum sucesso, já que Pernambuco aparece como o único ente federativo da região nordeste a apresentar diminuição em suas taxas de homicídios”. Torna-se de fundamental importância a análise destas políticas bem sucedidas para que possamos entender o verdadeiro papel do Estado como monopólio da força e até onde é capaz de resguardar o maior bem da sociedade que é a vida.

3.3 Quais Políticas Públicas devem ser Aplicadas para o Controle da violência homicida

As políticas públicas em segurança são de responsabilidade do Estado, pois este detém o monopólio da força, é ele que tem o poder de elaborar e implementar programas que visam manter a ordem pública, para (SAPORI, 2008) “o combate à criminalidade constitui uma atribuição do Estado nas sociedades contemporâneas,(...) deve o Estado zelar pela preservação do patrimônio dos cidadãos e de suas respectivas integridades físicas”. Como já foi dito o Estado tem o poder quase que exclusivo de elaborar políticas públicas em segurança, mas para isso é necessário que haja vontade política como explica: (ZAVERUCHA,2004, p.15).

Política pública é uma decisão de cunho estritamente político que visa distribuir recursos públicos escassos para aquilo que o grupo que controla o aparelho do Estado julga mais importante. A segurança pública é uma das políticas pública que o Estado precisa implementar. A política de segurança pública é o braço penal da sociedade.

Diante do exposto podemos citar algumas políticas de segurança pública que tem dado certo a nível internacional e nacional, governos que ao se depararem com um aumento dos índices de violência resolveram trabalhar para reduzir esses números e garantir a ordem pública e controlar a violência homicida. Temos como bons exemplos dessas políticas em segurança públicas as cidades de Bogotá e Medellín na Colômbia, nos casos brasileiros temos o Estado de São Paulo, Pernambuco, e seguindo esses exemplos de sucesso o governo do

Estado da Paraíba vem trabalhando pra diminuir os índices de criminalidade. Fazendo uma avaliação sobre todas essas políticas bem sucedidas e notórias, que, com a participação efetiva do Estado no combate à criminalidade é possível salvar vidas independentemente do contexto sócio-cultural ou econômico.

Apesar de a Colômbia ser um dos países mais violentos do mundo, nas cidades de Bogotá e Medellín, foram aplicadas políticas públicas em segurança de forma preventiva e repressiva, essas ações foram apontadas como um dos principais fatores para a redução de suas altas taxas de homicídio, Também outros fatores têm destaque como afirma (Sánchez Torres, 2007 apud Nóbrega Júnior, 2010, p.160):

A recuperação do aparato de justiça, pois incrementou as taxas de detenções/aprisionamento em cerca de 50% em 2005. Houve melhor funcionamento de instituições de fiscalização e controle da violência e da segurança pública. Outro ponto foi o cerco aos grupos paramilitares (milícias urbanas) e restrição de ações de grupos guerrilheiros, com as Farc.

Após a aplicação dessas políticas de prevenção surtiu um efeito positivo nessas duas cidades, devido ao combate intensivo ao narcotráfico, e grupos guerrilheiros, reduzindo drasticamente suas taxas de homicídios, mostrando que trabalhando com política bem elaborada é possível reduzir o numero de homicídios, de acordo com: Soares (2008, p.163):

a. os dados sobre Bogotá demonstram que, quando uma política pública acertada passa de política de governo a política de Estado, há benefícios evidentes, há continuidade. O número absoluto de homicídios decresceu ano a ano entre 1994 e 2004, de 3.664 para 1.571

b. o mesmo é valido para Medellín, uma experiência menos conhecida que a de Bogotá, e que reduziu ainda mais o numero de homicídios, de 5.284 para 1.517; porem, a redução não foi linear, nem por amplo período como em Bogotá.

Dentro dessas políticas públicas exitosas várias foram às atividades e programas desenvolvidos baseados em dados estatísticos e estudos científicos para que se alcançasse a meta proposta, e se destacam sete pontos principais para (Velasquez, 2006 apud Nóbrega Júnior, 2010 p.173) são:

1. Gestão institucional do município;
2. Informação confiável (a importância dos dados estatísticos);
3. Plano de segurança e convivência;
4. Criação de infra-estrutura administrativa e destinação dos recursos humanos, técnicos e financeiros;
5. Fortalecimento da Polícia metropolitana;
6. Prestação de contas, avaliação e acompanhamento (accountability);
- e 7. Avaliação externa.

Bogotá e Medellín são exemplos de políticas públicas exitosas graças à intervenção do Estado, trabalhando de forma intensa para a manutenção da ordem pública como também reduzindo as taxas de homicídios, preservando a vida da sua população.

A região sudeste do Brasil é a única região que demonstra queda em suas taxas de homicídios, e o Estado de São Paulo merece destaque, pois é um dos principais atores na redução da criminalidade no País. São Paulo apresenta resultados que podem ser comparados a Bogotá e Medellín, pois conseguiu reduzir suas taxas de homicídios de 44 por cem mil habitantes no ano de 1999 para 19.9 em 2006. O que é uma queda bastante considerável considerando o curto espaço de tempo. Algumas ações do Estado paulistano têm apresentado bons resultados, um dos pontos principais para o êxito nas políticas de segurança foi o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e controle, dentro deste contexto, pode-se elencar como um dos fatores determinantes para a redução da violência foi a ampliação do Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP), este departamento foi criado no ano de 1996, está ligado à polícia civil, e tem como objetivo a investigação de homicídios e latrocínios, pessoas desaparecidas e a proteção a vítimas e testemunha. Para (NOBREGA JÚNIOR, 2010, p. 188).

As principais estratégias utilizadas foram a integração com a polícia militar, a identificação e aprisionamento de homicidas costumazes e investimentos em inteligência e tecnologia da informação. O recebimento de denúncias anônimas através do Disque Denuncia e a criação dentro do DHPP do serviço de Inteligência e Análise (SIA) foram passos importantes para a obtenção destes resultados.

Devido ao planejamento, melhoramento do aparato policial e das ações aplicadas pelo Estado de São Paulo houve uma redução significativa os índices de criminalidade, dentre elas os números de homicídios, indicando que a política de segurança desenvolvida pelo Estado foi a principal responsável pela redução dos homicídios.

Pernambuco pode ser citado com um caso exitoso na região nordeste nos últimos anos, o Estado a partir do ano de 2007 passou a dar uma importância maior às políticas de segurança pública, os investimentos na área receberam um aumento de 86,6%, e o efetivo policial cresceu 45% e criou o programa Pacto pela Vida, que no seu início teve como principal meta a redução de 12% dos números de homicídios no Estado. E as estratégias usadas pelos gestores do programa estão divididas em quatro pontos, são eles: ampliar e qualificar a defesa social; melhorar a administração prisional e promover a ressocialização; implementar a prevenção social da criminalidade, promover a articulação entre os atores do

sistema de contenção criminal. De acordo com a Gerência de Análise Criminal e Estatística – GACE, e da Secretaria de Defesa Social – SDS, em quatro anos de existência o pacto pela vida alcançou índices satisfatórios na redução da criminalidade. Houve um aumento de 119% no número de inquéritos concluídos, 27 meses consecutivos de redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). O Pacto Pela vida é a primeira atividade estratégica do Plano Estadual de Segurança Pública. Foi elaborado tendo como referência a articulação entre a segurança pública e os direitos humanos. O governo de Pernambuco explica que, para dar vida ao pacto, o estado foi dividido em 26 áreas integradas de segurança, e um sistema de georeferenciamento dos crimes foi implementado.

Com o aumento constante dos índices de criminalidade na Paraíba, o Governo do Estado vem trabalhando para implementar algumas políticas públicas voltadas para a segurança pública, seguindo o exemplo do Estado de Pernambuco, que criou o Pacto pela Vida, o Governo do Estado, criou o Programa Paraíba Unida Pela Paz. Este programa tem como uma de suas principais metas reduzir o número de homicídios praticados no Estado, De acordo como o Governo do Estado, o Programa elabora boletins trimestrais onde divulga os resultado gerados através das ações praticadas, entre estas ações estão as câmaras temáticas que são canais de participação social, de caráter temporário e consultivo, que objetivam diagnosticar problemas estruturais e conjunturais, com a finalidade de apresentar proposições à agenda governamental, que orientem a formalização do pacto entre o Estado e a Sociedade e norteiem a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

A Paraíba também aderiu ao programa Brasil mais Seguro, que de acordo com o ministério da Justiça os cinco primeiros meses da implantação do programa já gera bons frutos, dentre as justificativas apresentas para a diminuição dos índices de criminalidade violenta estão à compatibilização das áreas integradas de segurança; o fortalecimento das ações de inteligência; o uso de sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) e a qualificação do trabalho de repressão qualificada. Ainda de acordo com o ministério da justiça foi previsto um incremento nos investimentos na área de segurança pública um aporte no valor de R\$ 97,8 milhões em recurso federais para o aperfeiçoamento tecnológico e fortalecimento da inteligência de segurança pública, da pericia, policia civil, da policia ostensiva de proximidade e das ações de proximidade e das ações de prevenção, além do emprego da força nacional, capacitação, valorização profissional e articulação com o

Sistema de Justiça Criminal³.O Governo do Estado da Paraíba demonstra a falta de accountability em relação as suas políticas em segurança pública, os dados divulgados pelo site oficial do Estado são insuficientes para que seja feita uma análise empírica e estatística mais precisa, visto que se faz necessário a análise destes dados para avaliar os programas e ações desenvolvidas e avaliar se o resultado das ações tem contribuído para a diminuição dos índices de violência.

Mesmo sendo uma atribuição estruturante dos Estados, é direito e responsabilidade de todos zelar pela segurança, os municípios devem contribuir para promover o bem-estar social, bem como preservar a integridade física de seus habitantes, analisando os dados das duas maiores cidades do estado João Pessoa e Campina Grande no Perfil dos Municípios Brasileiro do IBGE⁴, é notório a ausência de políticas publicas e ações voltadas para o combate à violência nesses municípios. De acordo com os dados analisados verificou-se a ausência de Conselhos Municipal de Segurança Pública, estes órgãos são de fundamental importância na busca de integração e cooperação entre as autoridades locais voltados á segurança pública.

A criação destes conselhos criaria as condições necessárias para integras à população e as policias, no combate as causas de criminalidade e violência no Município como também planejar as ações comunitárias de segurança e avaliar seus resultados.

No que diz respeito à criação das Guardas Municipais, de acordo com o Perfil dos Municípios de 2009 apenas na cidade de Campina grande existe a Guarda Municipal que foi criada no ano de 1990 onde conta com um efetivo total de 604 agentes entres esses são 600 homens e apenas 4 mulheres. Que só fazem trabalho de transito, sem articulação com outras instituições de segurança pública.

As guardas municipais são instituições complementares a segurança pública elas atuam na preservação dos bens públicos como praças ruas e prédios públicos, as guardas municipais devem aparecer como uma alternativa, como força de segurança comunitária buscando resultados diferenciados das policias já existentes, dando suporte e orientando a população, transmitindo a imagem de uma instituição cidadã.

³ Link de acesso: www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca

⁴Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - 2009.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de segurança pública são atividades desenvolvidas pelo Estado, para a manutenção da ordem pública, e garantir a integridade física e patrimonial dos cidadãos, como está determinado na constituição brasileira de 1988. Os entes federados são responsáveis pelas instituições coercitivas e de controle, administrados através da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Para tanto, o intuito de conhecer as políticas de segurança do Estado e o modo que são aplicadas, e como podem ser usadas para ajudar a diminuir os índices de mortes por agressão na Paraíba, é que este trabalho foi realizado.

No intuito de evidenciar de forma mais integral essa informação, foi necessário, fazer pesquisas e conhecer os conceitos bibliográficos relacionados, em livros, artigos de estudiosos da área, como também levantamentos estatísticos, entre outros, como foi visto no decorrer deste artigo.

Através da necessidade de conhecer as políticas públicas de segurança, fazer o levantamento dos homicídios na Paraíba, este trabalho teve grande relevância para o aprimoramento do meu conhecimento acadêmico a respeito do tema, pois a partir dos dados levantados e dos programas analisados, pode-se relatar quais são as políticas públicas, mas adequadas e que podem contribuir e ajudar os gestores nas ações de combate ao crime.

Com o termino da pesquisa, foi obtido um resultado preciso e eficaz, resultado este que busquei demonstrar durante todo o tempo dedicado a este artigo, que foi analisar a ingerência da segurança pública e o aumento dos homicídios na Paraíba.

O resultado demonstra que os homicídios no Estado tiveram um aumento significativo no período estudado, bem como as duas maiores cidades tiveram grande contribuição para o crescimento destes dados, onde as duas juntas são responsáveis por quase 50% das mortes por agressão ocorridas entre 2000 e 2011. E que é possível os poderes públicos executar ações que visam reduzir os altos índices de homicídios, com planejamento estratégico, e implementação de políticas públicas que busca estabelecer o bem-estar social e preservar a integridade física da sociedade, tornando a gestão de segurança pública mais eficaz.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Constituição de (1988) **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

DATASUS, indicadores de mortalidade. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10PB.def>> Acesso em 19 de Fevereiro 2014

GOVERNO DA PARAÍBA, Paraíba Unida Pela Paz. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/especiais/pbunidapelapaz/>> Acesso em 21 de Março 2014

GOVERNO DA PARAIBA, Secretária de Segurança e Defesa Social. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/86566/joao-pessoa-apresenta-reducao-de-homicidios-de-45-no-primeiro-bimestre-de-2014.html>>

GOVERNO DA PARAÍBA, Secretaria de Segurança e Defesa Social. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/85568/paraiba-registra-reducao-de-25-dos-assassinatos-de-mulheres-no-1o-bimestre-de-2014.html>>

GOVERNO DE PERNAMBUCO, Pacto Pela Vida. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/programas/pacto-pela-vida/>> Acesso em 19 de Fevereiro 2014

IBGE (2009) Perfil dos Municípios Brasileiros.

IBGE (2012), Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Defesa e Segurança. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/10/homicidios-diminuem-14-5-na-paraiba-no-3-trimestre>> Acesso em 21 de Março 2014

NÓBREGA JÚNIOR, Jose Maria P. da (2010), Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas. Tese de Doutorado. 271 p. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política EFPE. Recife, 2010.

NOBREGA JÚNIOR, Jose Maria. (2010), “Segurança pública e democracia: o uso das forças armadas nas operações do Rio de Janeiro em 2010”. Em debate, Belo Horizonte. v.3, n.1, p.16-22, jan.2011. Minas Gerais.

NOBREGA JÚNIOR, Jose Maria. (2012), **Homicídios no Nordeste: dinâmica, relações sociais e desmistificação da violência homicida**. EDUFCG. Campina Grande.

SAPORI, L. F. (2008), **Segurança pública no Brasil. Desafios e perspectivas**. FGV. Rio de Janeiro.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/>> Acesso em 19 de Fevereiro 2014

SOARES, Gláucio A. D. (2008), Não Matarás. Desenvolvimento, Desigualdade e Homicídios. Ed. FGV. Rio de Janeiro.

ZAVERUCHA, Jorge (2004), Policia Civil de Pernambuco: o Desafio da Reforma. Editora Universitária UFPE. 2º Edição revisada. Recife.